

Homenagem ao ministro do STF Gilmar Ferreira Mendes



O ministro Gilmar Ferreira Mendes (vice-presidente do STF e presidente do CNJ), a desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista (presidente do TRT-PR e membro do CSJT) e o professor Clémerson Merlin Clève (presidente e diretor-geral da Unibrasil) **p. 6 e 7**

Posse de duas juízas titulares

As juízas Simone Galan de Figueiredo e Ana Cláudia Ribas tomaram posse como titulares de Vara do Trabalho em 14 de março. As magistradas, que assumiram as Varas do Trabalho de Toledo e de Ivaiporã, foram promovidas pelos critérios de merecimento e de antiguidade, respectivamente. Ambas ingressaram na Justiça do Trabalho mediante aprovação no 15º concurso público para o cargo de juiz substituto, no qual foram empossadas em 28 de novembro de 1997. **p. 5**

Palestra na EAJ aborda interpretação do Direito à luz da filosofia

O Procurador de Justiça (RS) Lenio Luiz Streck proferiu palestra na EAJ do TRT-PR, no dia 6 de março. O tema abordado, em síntese, partiu da reflexão inicial acerca da grande preocupação contemporânea sobre a interpretação do Direito, em face do neoconstitucionalismo. O título da palestra é "Hermenêutica e Constitucionalismo: da possibilidade à necessidade de respostas corretas (e justas) em Direito". **p. 4**

Nesta Edição

- Homenagem póstuma ao magistrado Dala Barba **p. 3**
- Amatra IX elege nova diretoria (Gestão 2008-2010) **p. 8**
- Sistema Alternativo de Conciliação **p. 9**
- Doação de câmeras digitais pela Receita Federal **p. 10**

Uma nova visão do papel social na Administração Pública

Responsabilidade Social no TRT da 9ª Região

São adotadas, como ações de responsabilidade social no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, todas as atividades que incorporem os princípios de responsabilidade sócio-ambiental à cultura organizacional, a saber: práticas gerais de recursos humanos, relações de trabalho, saúde, atendimento aos públicos interno e externo, meio ambiente, ações culturais, apoio à comunidade (filantropia, voluntariado) e direitos humanos.

Nesse sentido, foi criada em 26 de novembro de 2004 a Comissão de Responsabilidade Social do TRT, por iniciativa do então presidente da Corte, magistrado Fernando Eizo Ono (hoje ministro do TST), através da Portaria GP 61/2004. A Comissão vem desenvolvendo ações direcionadas para uma nova visão do papel social da administração pública, através da construção de um modelo próprio, cujas metas incluem a sustentabilidade social e ambiental, a ética e a transparência em todos os seus atos.

No particular, há que se registrar os vários avanços já estabelecidos em nosso Regional, no que diz respeito ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável e ao consumo consciente, além das atividades voltadas à inclusão social. Assim, já temos implantada, entre outras ações propostas pelo Conselho Nacional de Justiça, a coleta seletiva solidária, que visa à redução do impacto na degradação do meio ambiente através do direcionamento dos

resíduos gerados em nossas atividades, iniciada em 2005 e oficializada em outubro de 2006 (com a publicação do Decreto 5.940/06), que se encontra em pleno desenvolvimento em todas as unidades judiciárias do TRT do Paraná.

Já temos assinados vários termos de acordo com associações e cooperativas de catadores de material reciclável em várias cidades, além da capital. A coleta nas unidades já se faz em embalagens plásticas (sacos coloridos) nas cores internacionalmente usadas para identificação dos tipos de materiais, o que facilita o trabalho dos catadores e evita o desperdício de material.

“Há que se registrar os vários avanços já estabelecidos em nosso Regional, no que diz respeito ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável e ao consumo consciente”

Além disto, os prédios da capital da Justiça do Trabalho dispõem de coletor próprio para material tóxico (pilhas usadas, baterias em geral, lâmpadas fluorescentes, medicamentos com validade expirada, latas de tinta e tonner), que é entregue diretamente nos caminhões de coleta da Prefeitura, sempre que necessário.

No que tange à conscientização sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente, registramos a parceria que temos desenvolvido junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente

- SEMA, o que nos propiciou a realização da palestra “Lixo ou Resíduo - uma questão cultural”, apresentada no ano passado por um representante daquele órgão, e cuja Cartilha “Desperdício Zero” está disponível aos servidores e magistrados na Biblioteca do Tribunal. Tal parceria também nos permitiu estabelecer convênio com o sistema de coleta de óleo de cozinha pós-consumo, de modo que atualmente o prédio administrativo do TRT, na capital, dispõe de um coletor para este fim, que é regularmente recolhido pela SEMA e levado para reciclagem e total aproveitamento do óleo, evitando-se a poluição de rios e oceanos.

Também já está adotada, com distribuição de material (cartazes e mensagens eletrônicas), a prática do “adote seu copo”, lembrando que cada pessoa, durante a jornada de trabalho costuma utilizar, em média, 750 unidades por ano e o plástico leva em média 450 anos para se decompor.

No campo social, temos a participação efetiva da área de responsabilidade social do Tribunal no Fórum “Lixo e Cidadania”, que acontece mensalmente na Procuradoria do Trabalho do Paraná e tem seu foco no desenvolvimento de catadores de material reciclável, inclusive seus familiares, em Curitiba e região metropolitana, além da colaboração direta da Comissão em eventos dedicados à promoção daquele segmento.

Ainda, foi lançada na capital e deve se expandir às unidades judiciárias do

NONA

É uma publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Micheale Bacila Batista. **Vice-Presidente:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Niuba Grigoletti de Lacerda Costa. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins. **Assessora de Comunicação e Jornalista Responsável:** Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Redação:** Jussara Elisa, Luiz Munhoz e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Gisele Brisk, Jussara Elisa, Luiz Munhoz, Inara Passos, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Jussara Elisa e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Apoio:** Irene Pioker e Vera Gutmann. **Impressão:** Gráfica Capital.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo) - 10º andar - Centro - Curitiba - Paraná - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.gov.br

interior e litoral a campanha “Biblioteca nos Presídios” (de caráter permanente), para arrecadação de livros didáticos, livros de literatura, livros jurídicos, apostilas escolares, manuais e outras publicações deste gênero, que possam ser enviados para uso daqueles carcerários, nas penitenciárias do Estado. No ano de 2007 foram encaminhadas 1.491 unidades àquela instituição e, em 2008, já foram entregues 548 livros.

Já a Campanha “Farmácia Solidária” faz o recolhimento de medicamentos dentro do prazo de vencimento. No ano de 2007, as doações foram direcionadas para distribuição à comunidade carente, sob a supervisão do Hospital de Clínicas da UFPR, em Curitiba. Du-

rante 2007, foram arrecadados 2.214 medicamentos em validade, direcionados para aquele hospital.

Acresce que a Comissão realiza várias campanhas voltadas às instituições sociais cadastradas junto ao TRT: arrecadação de alimentos e materiais de higiene (permanente), campanha de Páscoa, de Inverno, para o dia das crianças, e Natal dos catadores de papel e seus filhos.

Quanto a doações, registramos o envio de materiais para outros órgãos públicos, escolas e entidades assistenciais, destacando-se os equipamentos de informática, móveis e materiais já inservíveis, entre eles 30 computadores.

Desde 2007, o TRT disponibiliza em seu site www.trt9.gov.br uma página

própria, dedicada à responsabilidade social: responsabilidadesocial@trt9.gov.br – que divulga todas as ações desta área, possibilitando o intercâmbio com outros órgãos públicos e a potencialização das possibilidades de novas parcerias que venham a contribuir para a multiplicação de recursos nas ações nesta área.

Enfim, o TRT-PR verificou que é necessária a mudança de cultura e, nesses quatro anos, tem mostrado que como administração pública está cumprindo o seu novo papel social. ■

Ana Carolina Zaina é desembargadora federal do Trabalho e presidente da Comissão de Responsabilidade Social do TRT da 9ª Região

Pleno presta homenagem ao desembargador Roberto Dala Barba



Desembargadora Ana Carolina Zaina em discurso emocionado



O Desembargador Dirceu Pinto Jr. entregando a toga ao filho do magistrado Roberto Dala Barba

A sessão de 7 de março do Pleno do TRT do Paraná homenageou o desembargador Roberto Dala Barba, morto em agosto de 2005.

No início da sessão, a desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, fez menção ao magistrado: “a sua personalidade formadora de opinião brandida com o vigor e a paixão que todos nós lembramos. E sendo um verdadeiro monumento a camaradagem a amizade e ao afeto, não nos permitiria nesta homenagem cair no sombrio, portanto é com alegria que prestamos homenagem e neste mesmo espírito que nos inspira a memória de nosso saudoso colega”.

A seguir, a desembargadora Ana Carolina Zaina fez um emocionado discurso lembrando a carreira e a pessoa do magistrado, ao som da harpa tocada pelo servidor Ubiracy Severo Franco de Godoy. Lembrou a personalidade alegre e generosa do homenageado. Ao final, fez uma solicitação aos integrantes do Tribunal, que seja emprestado o nome do desembargador Roberto Dala Barba ao “Projeto de Inclusão Digital”, plano da Comissão de Responsabilidade Social do TRT destinado aos filhos de trabalhadores que atuam em empresa que presta serviço ao TRT paranaense.

No encerramento da homenagem, o desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior entregou a seu sobrinho, o filho primogênito do desembargador Roberto Dala Barba, servidor Roberto Dala Barba Filho, a toga usada por seu pai durante as sessões do Tribunal Regional do Trabalho.



A homenagem deu-se ao som da harpa, dedilhada pelo servidor Ubiracy Severo de Godoy

Palestra na EAJ aborda interpretação do Direito à luz da filosofia

“Hermenêutica e Constitucionalismo: da possibilidade à necessidade de respostas corretas (justas) em Direito”



O juiz titular de Vara Leonardo Wandelli (membro do Conselho Administrativo da EAJ), a desembargadora federal do Trabalho Rosemarie Diedrichs Pimpão (diretora da EAJ), o procurador de Justiça Lenio Luiz Streck, os desembargadores Arion Mazurkovic (coordenador da EAJ) e Luiz Eduardo Gunther (vice-presidente e ouvidor-geral do TRT-PR)

O procurador de Justiça (RS) Lenio Luiz Streck proferiu palestra na Escola de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, em 6 de março.

O tema abordado, em síntese, partiu da reflexão inicial acerca da grande preocupação contemporânea sobre a interpretação do Direito, em face do neoconstitucionalismo. Mesmo porque, segundo o jurista, em antagonismo ao positivismo, a teoria neoconstitucionalista estaria se expandindo na doutrina jurídica, frente à necessidade do juiz permeiar as suas decisões com a interpretação das normas constitucionais, através da conjunção dos princípios fundamentais que regem a Constituição atual.

Destacou, o também professor Lenio

(Unisinos – RS), que o neoconstitucionalismo concebe o Direito como instrumento de transformação social e nesse contexto, os operadores do Direito seriam um meio para alcançar o ideal de justiça prescrito na Constituição.

Reportou-se aos indicativos históricos e filosóficos que concebiam a interpretação da Constituição dentro do positivismo jurídico. Ressaltou que o século XX trouxe a grande revolução do neoconstitucionalismo pós-positivismo, destacando que atualmente os conflitos sociais foram transpostos na Constituição e exigem do intérprete argumentos de princípios para justificar as decisões. Frisou que argumentos de política não interessam numa decisão, a qual deveria visar sempre à equidade e à justiça.

Foi incisivo ao afirmar que é direito fundamental do cidadão receber respostas com fulcro nos princípios constitucionais, não ficando à mercê das várias interpretações do magistrado.

Traçou por fim um olhar crítico sobre os obstáculos do positivismo à Constituição e a necessidade urgente de uma mudança na postura dos juristas/operadores do Direito. Frisou que, para tanto, “deve ficar claro que a função do Direito – no modelo instituído pelo Estado Democrático de Direito – não é mais aquele do Estado Liberal – Absentista. O Estado Democrático de Direito representa um *plus* normativo em relação ao Estado Social”.

Para a continuidade das reflexões reportou-se a um dos seus livros intitulado “Verdade e Consenso: Construção, Hermenêutica e Teorias Discursivas” e ao seu site www.leniostreck.com.br.

■ O PALESTRANTE

O jurista é procurador de Justiça (RS), mestre e doutor em Direito pela UFSC, pós-doutor em Direito Constitucional e Hermenêutica pela Universidade de Lisboa, membro do Conselho do Instituto de Hermenêutica Jurídica. É atualmente coordenador adjunto e professor do PPGD da Unisinos (RS) e professor visitante na Universidade de Coimbra.■

Primeira reunião do Juízo Auxiliar em Precatórios

Foi realizada, em 7 de março, a primeira reunião do Juízo Auxiliar em Precatórios, criado neste ano mediante a portaria SGP 10/2008. A sessão foi presidida pela magistrada Edilaine Stinglin Caetano, que, juntamente com o juiz James Josef Szpatowski, integra o juízo.

A reunião tratou do pagamento dos precatórios dos orçamentos de 2005 e 2006, relativos ao município de Mandaguari. Houve acordo entre as partes. Com isso, haverá retenção do valor líquido de R\$ 30 mil do Fundo de Participação do município, da cota do dia 20 de cada mês, com início em 20 de abril deste ano.

Em 28 de março, a reunião, presidida pelo juiz James Josef Szpatowski, tratou de precatórios relativos ao município de Ponta Grossa.

Posse de duas juízas titulares no TRT-PR

As juízas Simone Galan de Figueiredo e Ana Claudia Ribas tomaram posse como titulares de Vara do Trabalho, em 14 de março. As magistradas, que assumiram as VTs de Toledo e de Ivaiporã, foram promovidas pelos critérios de merecimento e de antigüidade, respectivamente.

Com a posse, a 9ª Região passou a ter ocupados 79 dos 81 cargos de Juiz Titular.



O desembargador Ney José de Freitas, corregedor regional, entregando a carteira funcional à juíza Simone Galan de Figueiredo

■ AS MAGISTRADAS

Ambas as magistradas ingressaram na Justiça do Trabalho mediante aprovação no 15º concurso público para o cargo de juiz substituto, no qual foram empossadas em 28 de novembro de 1997. As duas se especializaram em Direito do Trabalho em 2004, em curso de pós-graduação da UniBrasil-Ematra.

Nascida em Curitiba, a juíza Simone formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na Turma de 1990. Como substituta, exerceu a jurisdição em Varas de Pato Branco, Castro, Ponta Grossa, Ivaiporã, Guarapuava, Irati, Telêmaco Borba, União da Vitória e Curitiba.

A magistrada Ana é natural de Ponta Grossa e bacharelou-se em Direito pela Universidade Estadual daquela cidade (turma de 1994). Atuou como substituta em Varas do Trabalho de Curitiba, Castro, Cascavel, Irati, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Wenceslau Braz, Arapon-

gas, Ivaiporã, União da Vitória, Araucária, Cornélio Procópio, São José dos Pinhais, Guarapuava, Telêmaco Borba, Rolândia, Francisco Beltrão, Londrina, Colombo e Ponta Grossa.

■ O ATO

Participaram da posse, desembargadores, magistrados, servidores, advogados, amigos e familiares das empossadas. O corregedor regional da Justiça do Trabalho da 9ª Região, desembargador Ney José de Freitas, entregou as carteiras funcionais às magistradas.

Em seu discurso, o presidente da Amatra-IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão parabenizou as magistradas: "Saúdo as colegas por este passo importante e esperado em suas carreiras e tenho certeza que as comunidades de Toledo e Ivaiporã receberão juízas comprometidas com a magistratura. A Amatra IX, dentro das suas prerrogativas de defesa dos seus associados, sempre estará ao lado de vocês."

A titular Ana agradeceu inicialmente aos pais, irmã e aos amigos. Disse que era uma emoção muito grande depois de dez anos o momento da posse como titular. "Acho que tudo nesses dez anos valeu a pena e é porque vale a pena sempre que a gente está aqui", finalizou.

Em seu pronunciamento, a titular Simone agradeceu ao apoio que re-



A magistrada Ana Claudia Ribas assinando o termo de posse no cargo de Juiz Titular

cebeu dos amigos. "Sinto-me gratificada de poder contar com a presença de vocês, queria agradecer ao Arion (desembargador do TRT), meu companheiro que é uma pessoa que me apoiou incondicionalmente na carreira", falou emocionada.

A presidente do Tribunal, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, disse em seu discurso que tinha plena convicção de que "as duas juízas pertencentes à nova geração de titulares de Vara do Trabalho terão pleno êxito na nova etapa de suas carreiras e que este Tribunal lhes está confiando". ■



A desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista (presidente do TRT-PR) entre as juízas Simone de Figueiredo e Ana Claudia Ribas durante o ato de posse ocorrido em 14 de março

Ministro Gilmar Ferreira Mendes é homenageado em Curitiba

O TRT do Paraná promoveu homenagens ao ministro durante lançamento do livro "Curso de Direito Constitucional"



O ministro Gilmar Mendes, vice-presidente do STF, autografando o livro para a desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, presidente do TRT-PR

O ministro Gilmar Ferreira Mendes, vice-presidente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal, foi homenageado, em Curitiba, em 30 de março. O evento, organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, aconteceu no Castelo do Batel e contou com o apoio do Tribunal de Justiça, Justiça Federal (Seção Judiciária do Paraná), Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, Associação Paranaense dos Juizes Federais, Associação dos Magistrados do Paraná, Unibrasil – Faculdades Integradas do Brasil, Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná e Caixa Econômica Federal.

Compareceram ao evento, autoridades nacionais e locais do Judiciário, Executivo e Legislativo. Dentre elas, o governador do Paraná Roberto Requião; o prefeito de Curitiba Beto Richa; os ministros de Estado Paulo Bernardo (Planejamento) e Reinhold Stephanes (Agricultura); os deputados federais Eduardo Sciarra, Gustavo Fruet e Ricardo Barros; o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Fernando Eizo Ono; os membros

dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, magistrados Altino Pedrozo dos Santos e Fernando Quadros da Silva, respectivamente; a procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, Lair Carmen da Rocha Guimarães; o desembargador Antônio Lopes de Noronha (representando o TJ); o procurador-geral de Justiça Milton Riquelme de Macedo; a vice-presidente do TRF da 3ª Região, desembargadora Suzana Camargo Gomes; o corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas; o vice-governador do Paraná Orlando Pesutti; o vereador Paulo Salamuni (representando a Câmara Municipal); o diretor do Fórum da Seção Judiciária do Paraná da Justiça Federal, juiz Marcelo Malucelli; o procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, João Gualberto Garcez Ramos; o procurador-geral do Estado do Paraná Carlos Marés de Souza Filho; a vice-presidente da AMB de Assuntos Legislativos/Trabalhista, juíza Patrícia de Matos Lemos e os presidentes das associações de magistrados juiz Bráulio Gabriel Gusmão (Amatra-IX), juiz Erivaldo Ribeiro dos Santos (Apajufe) e desembargador Miguel Kfoury Neto (Amapar) e o vice-presidente da OAB-PR, advogado Renato Alberto Nielsen Kanayama e presidente da AATPr, advoga-

do Israel Caetano Sobrinho.

■ A ENTREVISTA

O ministro recebeu a imprensa paranaense e nacional para entrevista coletiva. Participaram jornalistas da Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Gazeta do Povo, O Estado do Paraná, Folha de Londrina, TV Bandeirantes, Rádio e TV Educativa do Paraná, Grupo Massa de Rádio e Televisão, Band News e CBN.

■ O EVENTO

A homenagem ao ministro Gilmar Mendes teve início com a apresentação do livro "Curso de Direito Constitucional", escrito em co-autoria com Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco.

Em continuidade, a Unibrasil concedeu ao ministro o título de *Doutor Honoris Causa* - atribuído a personalidades que tenham se distinguido pelo saber ou pela atuação em prol das artes e das ciências. A entrega foi feita pelo professor Wilson Ramos Filho, sócio-fundador da instituição.

Logo após, houve descerramento de placa em homenagem ao magistrado. O professor Clémerson Merlin Clève, presidente e diretor-geral da Unibrasil, a desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista (membro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho), presidente do TRT do Paraná e o ministro Gilmar



O ministro Gilmar Mendes (vice-presidente do STF), ao lado da desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista (presidente do TRT-PR), concedendo entrevista à imprensa paranaense e nacional

Mendes, procederam ao descerramento da placa.

A presidente Rosalie Batista enunciou em discurso que o homenageado “alcança a excelência em cada uma das atividades que o amplo leque do Direito oferece” – produção acadêmica, magistério superior, consultoria e redação legislativa, advocacia, magistratura e administração judiciária. Citando aos pensadores Norberto Bobbio e Tulio Ascarelli, disse que a sociedade brasileira identifica no ministro Mendes um jurista e homem público com os predicados que o mundo pede: “idéias novas antes que sutis interpretações, assumindo um papel modificador e criador”. Referindo-se à obra que era lançada, afirmou que o livro “é um libelo à filosofia, à hermenêutica, à reflexão sobre os espíritos da lei, da Justiça, do Direito e suas implicações jurídicas e sociopolíticas”, acrescentando constituir “um contributo inestimável ao enriquecimento da jusliteratura nacional, destinado a se tornar referencial para as gerações que chegam”. Aludindo a Curitiba, que na véspera completara 315 anos de história e ao Paraná, “terra de valores incontestáveis que, há 114 anos ocupou, uma única vez, na pessoa do ministro Ubaldino do Amaral, uma cadeira no Supremo”, a desembargadora encerrou seu pronunciamento citando versos da poetisa paranaense Helena Kolody para vaticinar que a estrela do ministro Gilmar Mendes “há de prosseguir iluminando o Direito e a Justiça no Brasil, no biênio em que conduz os destinos do Poder Judiciário nacional”.

O pronunciamento do ministro Gilmar Mendes foi de agradecimento à homenagem e de análise da Constituição de 1988. “Eu fico honrado com esta homenagem porque realmente isto toca aquilo que de fato eu tenho feito e acredito bem-feito neste últimos 25 anos de minha vida. Estou realmente deveras sensibilizado com estas homenagens no início de atividades desafiadoras. Já na presidência do Conselho Nacional de Justiça e agora prestes a assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal.”

Ao abordar a Constituição de 1988, disse que ela muitas vezes tem sido criticada, mas tem propiciado ao Brasil o



Autoridades presentes à solenidade em homenagem ao ministro Gilmar Mendes, realizada no dia 30 de março

mais longo período de normalidade institucional de sua vida Republicana. “Não tivemos nenhuma constituição desde a de 1891, num quadro de normalidade institucional. E nós estamos sendo testados todos os dias. Não são tempos exatamente fáceis. Já sob a Constituição de 1988 – um enfrentamento brutal, cruel com a inflação. Quem sabe como é difícil debelar a inflação sabe que nós temos as intervenções no âmbito do Direito, as tentativas de fazermos planos miríficos, que acabam não dando certo”.

O magistrado falou a respeito de todos os processos vividos pelos brasileiros durante os 20 anos da Constituição de 1988: inflação alta, *impeachment*, corrupção, dentre outros. Lembrou que nesse período conseguiu-se um Judiciário independente e ativo. “Portanto, esta Constituição tem sido testada e tem garantido nossos direitos”. Para o ministro, o Brasil vive hoje dentro de um quadro de normalidade institucional. “É preciso valorizar estes tempos de paz institucional e respeito aos direitos fundamentais que esta constituição nos tem propiciado”, alertou.

Ao final, citou uma mensagem oriental: “Os chineses dizem que quando nós bebemos d’água, devemos pensar na fonte. Vamos pensar na Constituição”.

■ O MINISTRO

O ministro Gilmar Mendes é atualmente presidente do Conselho Nacional de Justiça. Foi eleito no último 12 de março, presidente do STF para o biênio 2008/2010, com posse prevista para o mês de abril. É professor na UnB, na cadeira de Direito Constitucional, tanto na graduação, quanto na pós-graduação.

Em janeiro de 2000, foi nomeado advogado-geral da União, cargo que o credenciou para a indicação a ministro do Supremo, em 2002.

■ O LIVRO

Publicado em parceria pela editora Saraiva e o Instituto Brasiliense de Direito Público, o “Curso de Direito Constitucional” analisa a Constituição de 1988, a evolução das instituições e o desenvolvimento das práticas jurisdicionais no campo do controle de constitucionalidade. Cada dispositivo que compõe a Constituição é analisado e interpretado, mencionando-se o posicionamento respectivo do Supremo, opinião de doutrinadores e o entendimento do Direito Comparado sobre a matéria.

A obra baseia-se nas aulas ministradas pelos três autores no Instituto de Direito Público (IDP). Gilmar Mendes escreveu os capítulos que versam sobre os limites dos direitos fundamentais (inclusive os de caráter judicial) e políticos, direito de propriedade, direito adquirido e de nacionalidade. Coube também ao ministro a parte que versa sobre controle de constitucionalidade, Poder Executivo e Poder Judiciário. Inocêncio Coelho trata sobre hermenêutica jurídica, os fundamentos do Estado de Direito, o ordenamento jurídico pátrio, Estado de Exceção, direitos sociais, princípios constitucionais da administração pública, da ordem tributária e orçamentária. Paulo Branco discorre sobre o poder constituinte (originário e de reforma), direitos e liberdades fundamentais, Estado Federal, o Legislativo e funções essenciais à administração da Justiça – este último tópico com Inocêncio Coelho. ■

Amatra IX elege novos dirigentes para o biênio 2008/2010



Da esquerda para a direita, os juizes da nova diretoria da Amatra, Júlio Ricardo de Paula Amaral, Gabriela Macedo Outeiro, José Márcio Mantovani, Graziela Carola Orgis, Bráulio Gabriel Gusmão, Marieta Jesusa da Silva Arretche, Gabriel Zandonai, Luiz Antonio Bernardo e Carlos Augusto Penteado Conte

A Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região realizou, em 7 de março, a Assembléia Geral Ordinária para apuração da eleição e posse dos integrantes da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes que irão conduzir os rumos da entidade no biênio 2008/2010.

Também foram eleitos os representantes dos juizes substitutos, juizes titulares e do TRT-PR para o Conselho Executivo da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná. Foi contabilizada a participação de 181

votantes, dos quais 179 votos válidos, um em branco e um nulo. Concorreram as chapas "A Serviço de Todos", liderada pelo juiz Bráulio Gabriel Gusmão, e a "Integração", encabeçada pela juíza Patrícia de Matos Lemos.

A chapa eleita foi "A Serviço de Todos". Os demais juizes integrantes da Diretoria Executiva da Amatra são: Carlos Augusto Penteado Conte (vice-presidente), Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (diretor administrativo), Graziela Carola Orgis (diretora financeira), Marieta Jesusa da Silva Arretche (dire-

tora de Prerrogativas e Reivindicações), Júlio Ricardo de Paula Amaral (diretor cultural), Gabriel Zandonai (diretor de Relações Externas e Imprensa), Valéria Rodrigues Franco da Rocha (diretora Social e de Esportes), José Márcio Mantovani (diretor de Informática), Gabriela Macedo Outeiro (diretora de Assistência Social), Mauro César Soares Pacheco, Luiz Antonio Bernardo e Silvio Cláudio Bueno (Conselho Fiscal) e Mariele Moya Munhoz (suplente do Conselho). No Conselho de representantes: Marco Antonio Viana Mansur, Marli Gonçalves Valeiko e Érica Yumi Oliveira (1ª Sub-Região), Neide Consolata Folador (2ª Sub-Região), Luiz Alves (3ª Sub-Região), Neide Akiko Fugivala Pedrosa (4ª Sub-Região), Carlos Henrique Mendonça (5ª Sub-Região), Stélio Olivé Malhadas (Juizes Aposentados). No Conselho Executivo da Ematra-PR: Arnor Lima Neto (representante dos juizes do Tribunal do Trabalho da 9ª Região), José Aparecido dos Santos (representante dos juizes titulares) e Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira (representante dos juizes substitutos).

A festa alusiva à posse da nova gestão será no dia 18 de abril, no Graciosa Country Clube, em Curitiba. ■

Mostra de poesias no "Prata da Casa"

Foi aberta, em 7 de março, a primeira exposição de 2008 do projeto Prata da Casa do TRT-PR, com poesias do servidor Edson Firmino.

A mostra de poesias "Encanto e Desencanto" traduz o estilo de ser do poeta: um eterno apaixonado e romântico incorrigível. Ele admite radicalizar, transitando entre a emoção da paixão, da solidão e da saudade. Diz se identificar nos versos do poeta Vinicius de Moraes e conta que algumas de suas poesias também já foram publicadas em jornais. Revela que o seu livro de poesias intitulado "Encantamento" está em vias de

publicação e já se encontra registrado na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Ele tem o apoio da Secretaria da Cultura do Paraná, dentre os projetos de incentivo. Edson acredita que a imagem fortalece a palavra, da mesma forma que a palavra pode traduzir a imagem. Por isso nesta mostra suas poesias estendem-se em ilustrações fotográficas.

Edson ingressou no Tribunal em 1984. Atualmente é o chefe do Setor de Expedição e Operações Postais.

A mostra poderá ser vista até 9 de abril, no Fórum de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho de Curitiba. ■



Servidor Edson Firmino, expositor do projeto Prata da Casa

Sistema Alternativo de Conciliação

No dia 27 de fevereiro, o desembargador Edmilson Antonio de Lima e os servidores Marieta Siqueira Nobile (Juízo Auxiliar de Conciliação de 2º Grau), Vanderli Garcia e Luciane Maluf Fontana (Juízo Auxiliar de Conciliação de 1º Grau) visitaram a Vara do Trabalho de Irati. A comitiva foi conhecer o “Sistema Alternativo de Solução de Conflitos Trabalhistas,” iniciativa do titular daquela VT, juiz Carlos Henrique de Oliveira Mendonça.

O desembargador e os servidores testemunharam o total empenho e dedicação do magistrado Carlos Henrique e demais servidores daquela VT

com o Sistema Alternativo. “Constatamos a simplicidade e a eficiência desse sistema, que além de conciliar elevados índices de conflitos trabalhistas, faz com que a função primordial da Justiça, a pacificação social, ocorra de forma simples e rápida, colaborando, deste modo, para a melhoria da imagem da Justiça do Trabalho perante os jurisdicionados”, relatou o desembargador.

De acordo com o magistrado Edmilson, “a grande procura do Sistema Alternativo pelos jurisdicionados, assim como as conseqüências diretas que se podem vislumbrar no Sistema Alternativo, tais como o alto percentual de concilia-

ção, a rapidez na solução dos conflitos, o acesso imediato e tranqüilo à Justiça, a satisfação dos jurisdicionados com o sistema Judiciário e a redução de possíveis processos formais longos e custosos. Ou seja, a entrega à população da paz social de maneira rápida e simples, certamente vai ao encontro dos objetivos do Conselho Nacional de Justiça com a proposição do Movimento pela Conciliação e mais uma vez coloca o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região na vanguarda de ações que concorrem para a eficiência, agilidade da prestação jurisdicional e busca pela paz social”. ■

Multiplicadores e o meio ambiente

O Fórum Trabalhista de Londrina, representado pelas multiplicadoras locais Léria Palhares, Priscila Grossi, Maria da Silva, Luciene Martins, Iara Bezerra, Marlene dos Santos e Maria Deguchi, está trabalhando no sentido de conscientizar os juizes e servidores que atuam na unidade quanto à necessidade de preservação do meio ambiente e reciclagem de materiais.

Em Londrina, em razão desta conscientização, mensalmente ocorre o recolhimento de mais de 350 quilos de produtos recicláveis, dentre eles papéis, latas e vidros. As multiplicadoras tam-

bém estão preparando o ingresso do Fórum nos programas permanentes de assistência social de iniciativa do Tribunal, tais como: doação de alimentos não perecíveis, produtos de higiene, remédios para a farmácia comunitária e livros. Estão selecionando entidades locais que receberão estes produtos, para que seja efetivada a doação mensal àqueles que mais necessitam de ajuda e colaboração.

Da mesma forma, estão organizando o recolhimento de roupas de inverno para a Campanha do Agasalho e seguem empenhando-se em mobilizar juizes e servidores dispostos a colaborar com a

iniciativa de solidariedade que tem sido realizada em Curitiba.

“Assim, visando a incentivar a participação de outros colaboradores neste grande ato de amor representado pela ajuda ao próximo, as multiplicadoras londrinenses pedem a colaboração de todos os que trabalham no Fórum local para que a prática da solidariedade humana torne-se uma realidade e um hábito de todos os que laboram para a Justiça do Trabalho na 9ª Região”, comunica a juíza substituta Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia, atuando naquele Fórum. ■

Concurso para a magistratura do Trabalho

Classificaram-se na 3ª etapa do XXI Concurso para a Magistratura do Trabalho da 9ª Região (Paraná), 23 candidatos. A divulgação do resultado foi em 4 de março, em sessão pública presidida pela desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista (presidente do TRT-PR e da Comissão do Concurso). Também participaram do ato, o advogado Geraldo Roberto Corrêa Vaz da Silva (membro da Comissão) e o procurador Gláucio Araújo de Oliveira (membro da Comissão Examinadora da 3ª prova).

A terceira etapa – prova de sentença – ocorreu em 9 de fevereiro. A prova oral acontece nos dias 1º e 2 de abril. A sessão pública para divulgação do resultado dessa etapa será no dia 2 de abril, após o exame do último candidato. Os aprovados

deverão apresentar os títulos no prazo de 48 horas a contar da divulgação do resultado da prova oral. No site do Tribunal do Paraná (www.trt9.gov.br) encontram-se os editais com informações complementares. A posse dos candidatos aprovados está prevista para abril.

As inscrições ao concurso, encerradas em 21 de agosto de 2007, apontaram mais de 2.400 candidatos ao cargo. Sob a supervisão da Comissão de Concurso, a instituição que está fornecendo apoio operacional ao certame é a Associação Paranaense de Cultura (PUCPR) - vencedora de pregão eletrônico. O acompanhamento online do processo de seleção pode ser feito na página www.pucpr.br/concursosotr9.

Receita doa equipamentos

A Direção do Fórum da Justiça do Trabalho de Curitiba, por sugestão da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, solicitou à Secretaria da Receita Federal a doação de máquinas fotográficas digitais. O pedido teve a finalidade de auxiliar e otimizar as atividades dos oficiais de Justiça no cumprimento das diligências, em especial aquelas que necessitam de registro do ato, como por exemplo penhora de bens e man-

dado de constatação. A solicitação foi intermediada pela juíza Audrey Mauch, em exercício na Direção do Fórum de Curitiba. A doação foi concretizada em data de 20 de março, ocasião em que foram entregues 44 máquinas digitais para o TRT da 9ª Região. Na foto, a partir da esquerda, a servidora Débora Borges de Oliveira (diretora da 4ª Vara de Trabalho de Curitiba), o diretor da Central de Mandados, Júlio Cezar Hein, e a juíza Audrey Mauch. ■



Câmeras fotográficas digitais doadas pela Receita Federal

VT é estudo de caso em monografia

Possibilitar ao juiz a programação individualizada de tempo para cada audiência, com base em estatísticas temporais e variáveis processuais. É o que propõe a mestrandia Alessandra Memari Pavanelli, do Programa de Pós-graduação em Métodos de Concentração em Programação Matemática da Universidade Federal do Paraná.

Em seu tema de dissertação de tese "A Utilização de Redes Neurais Artificiais (RNAs) para previsão do tempo de duração de audiências trabalhistas", fez um estudo de caso do Fórum

Trabalhista de São José dos Pinhais. O trabalho teve como objetivo viabilizar agendamentos "inteligentes", possibilitando aos juízes a programação individualizada de tempo para cada audiência.

Recente diagnóstico da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção Paraná) revelou que as Justiças Federal e do Trabalho são mais ágeis e eficientes, mas constatou queixas de advogados em relação a freqüentes atrasos nas audiências das Varas Trabalhistas.

Segundo o presidente da Amatra

IX, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, titular da 1ª VT de São José dos Pinhais, que acompanhou o desenvolvimento da pesquisa com as RNAs, os resultados obtidos em testes revelaram excelentes índices de acerto, o que viabilizaria uma solução positiva no caso dos atrasos. "Acredito que a implementação de uma ferramenta como essa contribuirá para a melhoria da prestação jurisdicional na Justiça do Trabalho do Paraná. Para tanto, vamos gestionar a possibilidade de incentivo nessa área junto ao Tribunal do Trabalho da 9ª Região", afirma. ■

Parceria com Junta Comercial

No próximo semestre, possivelmente, os dados da Junta Comercial do Paraná estarão disponíveis para o TRT da 9ª Região. O magistrado terá acesso rápido e direto ao sistema da Jucepar para consultas a informações societárias de até 20 anos. O método é semelhante ao atendimento do Bacen Jud. A Junta fornecerá senha ao magistrado para a realização da operação. Essa nova parceria é o resultado do empenho da Corregedoria Regional do Trabalho. Na primeira quinzena de fevereiro, o desembargador Ney José de Freitas (corregedor regional) reuniu-se com o presidente da Jucepar, Julio Maito Filho. O magistrado expôs àquela presidência a situação crônica da demora para obtenção de dados da Junta e conseqüentemente o atraso na prestação jurisdicional. Com a parceria haverá celeridade na aquisição das informações.

Ato de Cooperação entre TRT da 9ª Região e TJ

Os desembargadores Ney José de Freitas (corregedor da Justiça do Trabalho da 9ª Região) e Leonardo Lustosa (corregedor-geral da Justiça do Estado do Paraná) assinaram, em 22 de fevereiro, ato de cooperação entre os dois órgãos.

O objetivo da ação é o compromisso de rápida resposta entre os órgãos jurisdicionais vinculados aos respectivos tribunais, no que se refere a ofícios encaminhados solicitando informações. Pretende-se, assim, que sejam fornecidas de forma mais célere as respostas a ofícios provenientes de órgãos jurisdicionais, sem que seja necessária a intervenção das respectivas corregedorias.

Intranet - Judiciário - Dúvidas (FAQ)

Aproveitamos este espaço para divulgar mais um canal de comunicação aos nossos usuários: na intranet, na aba do Judiciário, disponibilizamos um novo canal de atendimento, tradicionalmente conhecido como FAQ.

FAQ é um acrônimo da expressão inglesa *Frequently Asked Questions*, que significa perguntas freqüentes. Uma FAQ, quando usada num contexto pluralista, significa uma compilação de perguntas freqüentes acerca de determinado tema. Quando usado num contexto singular, uma FAQ será uma dessas perguntas. O nome nasceu, provavelmente, na Usenet (do inglês Unix User Network), numa tentativa de reduzir o número de perguntas semelhantes repetidamente colocadas.

A FAQ é, geralmente, publicada com destaque, para que esta medida tenha efeito. Como tal, é considerado indelicado afixar perguntas já respondidas na FAQ, já que demonstra, acima de tudo, que quem coloca a questão não se deu sequer ao trabalho de procurar as respostas. (fonte: pt.wikipedia.org)

Através do FAQ possibilitamos que nossos usuários realizem consultas sobre dúvidas já enviadas, ou mesmo, que introduzam novos questionamentos, caso a dúvida ainda não tenha sido comentada na lista. A ferramenta possibilita a realização de pesquisas por assunto, utilizando-se de palavras-chaves para restringir a lista, como também permite a visualização de todas as perguntas postadas em determinada área de interesse.

Para criar uma pergunta no FAQ, basta deslocar o cursor para a parte inferior da tela e no item "Pergunta", escreva a sua dúvida e clique em "Enviar". Uma vez enviada a questão, os técnicos

da Secretaria de Informática serão avisados para que possam analisar o texto e redigir a resposta. Uma dica: procure sempre criar perguntas de forma genérica, evitando referências a uma situação específica, como por exemplo, evitar colocar na pergunta o número dos autos para análise exclusiva daquela situação.

O principal objetivo da ferramenta é criar uma base de conhecimento para nossos usuários, pela qual todos poderão dirimir suas dúvidas no menor tempo de espaço possível, de forma simples, rápida e segura. Neste primeiro momento, o serviço de FAQ está habilitado para as seguintes áreas de interesse: *ESTATÍSTICA (SUAP), E-GAB/ASAS, IR FORUM, CÁLCULO RÁPIDO, SAT (SUAP), AUD, CEMAN (SUAP)*; sendo que novas áreas de interesse poderão ser adicionadas conforme conveniência.

■ Padronização de Endereços Eletrônicos do Poder Judiciário

A partir de agora o site do TRT da 9ª Região pode ser acessado por outro endereço, além do já conhecido pelos visitantes. A nova url, <http://www.trt9.jus.br>, foi implantada na segunda quinzena de março, seguindo decisão do Conselho Nacional de Justiça.

Desde sua criação o CNJ implementa algumas normas e recomendações com o objetivo de melhorar a administração da justiça e propiciar celeridade à prestação jurisdicional. No que tange à informatização da Justiça, existe uma busca pela interoperabilidade, integração e padronização de procedimentos, nomenclaturas e sistemas de informática em uso nos diversos órgãos.

Dando seguimento a esta ação, em suas resoluções de números 41 e 45, publicadas em setembro e dezembro de 2007, o CNJ decidiu proceder a homogeneização dos endereços de acesso dos sites do Judiciário brasileiro. A primeira providência foi a criação do domínio primário jus.br, sob o qual ficarão hospedados todos os domínios específicos da Justiça, em substituição ao atual gov.br. Na segunda resolução foi definida uma tabela de padrões para endereços sob os quais serão identificados os endereços de cada ramo da Justiça, bem como seus Tribunais Superiores, Conselhos, Tribunais, Seções, Juizados, Varas e demais unidades.

Antes dessa padronização, o endereço de acesso de cada unidade era definido pela própria administração ou mesmo pela equipe de informática de cada órgão. Para citar exemplos de como há diferenças de procedimento, apenas no âmbito da Justiça do Trabalho, temos o casos dos Tribunais das 1ª, 3ª, 5ª e 9ª Regiões, que utilizavam respectivamente os endereços www.trtrio.gov.br, www.mg.trt.gov.br, www.trt05.gov.br e www.trt9.gov.br. Com as novas regras valendo para todos, os novos domínios serão www.trt1.jus.br, www.trt3.jus.br, www.trt5.jus.br e www.trt9.jus.br.

Essa grande variação de nomes causa transtornos e dificuldades para o acesso às páginas por parte dos jurisdicionados e principalmente seus advogados, que precisavam obter informações em vários órgãos diferentes, cada qual com sua própria nomenclatura. Para o TRT e seus usuários a alteração limitou-se à incorporação do domínio jus.br, pois o padrão escolhido pelo CNJ para a Justiça do Trabalho é idêntico ao utilizado pelo 9º Regional. ■

Dia Internacional da Mulher é celebrado com palestra

No dia 7 de março, no auditório da EAJ-PR, o Dia Internacional da Mulher (8 de março) foi celebrado com a palestra "Saúde da Mulher: Qualidade de Vida em Todas as Fases da Vida". Foi proferida pela fisioterapeuta Carla Adriane Pires Ragasson e deu continuidade ao projeto "Ciclo Permanente de Palestras", do Serviço de Desenvolvimento e Benefícios – Sedesb – SRH. A palestra de caráter preventivo sobre a saúde da mulher homenageou as magistradas e servidoras do TRT. Houve transmissão simultânea, via intranet, para participação das unidades de outros municípios.



Dengue: cuidados e prevenções

A dengue é causada por um vírus transmitido pela picada de um mosquito infectado. Atualmente, a dengue é considerada um dos principais problemas de saúde pública de todo o mundo.

A dengue pode se apresentar de quatro formas: infecção inaparente quando a pessoa que está infectada pelo vírus, mas não apresenta nenhum sintoma. É o que ocorre na maioria dos casos. Dengue Clássica, uma forma mais leve da doença e semelhante à gripe, que dura entre 5 e 7 dias. A pessoa infectada tem febre alta (39° a 40°C), dores de cabeça, cansaço, dor muscular e nas articulações, indisposição, enjoos, vômitos, manchas vermelhas na pele, dor abdominal (principalmente em crianças), entre outros sintomas. Após este período, a pessoa pode continuar sentindo cansaço e indisposição por alguns dias. Dengue Hemorrágica, uma doença grave que se caracteriza por alterações da coagulação sanguínea. Inicialmente se assemelha à Dengue Clássica, mas, após o terceiro ou quarto dia de evolução da doença, surge sangramento de pequenos vasos na pele e nos órgãos internos, podendo provocar hemorragias nasais, gengivais, urinárias, gastrointestinais ou uterinas. A pressão arterial do doente cai, o que pode gerar tontura, queda e choque. Síndrome de Choque da Dengue é a mais séria apresentação da dengue e caracteriza-se por uma grande queda da pressão arterial, tem um pulso quase imperceptível, inquietação, palidez e perda de consciência. Neste tipo de apresentação da doença, há registros de várias complicações, como alterações neurológicas, problemas cardiorrespira-

tórios, insuficiência hepática, hemorragia digestiva e derrame pleural.

Entre as principais manifestações neurológicas, destacam-se: delírio, sonolência, depressão, coma, irritabilidade extrema, psicose, demência, amnésia, paralisias e sinais de meningite. A transmissão da dengue para os mosquitos ocorre quando ele suga o sangue de uma pessoa já infectada com o vírus. Após um período de incubação, que inicia logo depois do contato do pernilongo com o vírus e dura entre 8 e 12 dias, o mosquito está apto a transmitir a doença.



Aedes Aegypti: mosquito transmissor da dengue

Nos seres humanos, o vírus permanece em incubação durante um período que pode durar de 3 a 15 dias. Só após esta etapa, é que os sintomas podem ser percebidos. É importante destacar que não há transmissão através do contato direto de um doente ou de suas secreções com uma pessoa sadia. O vírus também não é transmitido através da água ou alimento. A ação mais simples para se prevenir a dengue é evitar o nascimento do mosquito, já que não existem vacinas ou medicamentos que combatam a contaminação. Para isso, é preciso eliminar os lugares que eles escolhem para a reprodução. A regra básica é não deixar a água, mesmo quando limpa, parada em qualquer tipo de recipiente.

Como a proliferação do mosquito é rápida, além das iniciativas governamentais, é importantíssimo que a população também colabore para interromper o ciclo de transmissão e contaminação. Em 45 dias de vida, um único mosquito pode contaminar até 300 pessoas.

O ovo do mosquito pode sobreviver até 450 dias, mesmo se o local onde foi depositado estiver seco. Caso a área receba água novamente, o ovo ficará ativo e pode atingir a fase adulta em um espaço de tempo entre 2 e 3 dias. O tratamento da dengue requer bastante repouso e a ingestão de muito líquido, como água, sucos naturais ou chá. No tratamento, também são usados medicamentos anti-térmicos que devem ser recomendados por um médico. É importante destacar que a pessoa com dengue NÃO pode tomar remédios à base de ácido acetil salicílico, como AAS, Melhoral, Doril, Sonrisal, Alka-Seltzer, Engov, Cibalena, Doloxene e Buferin. Como eles têm um efeito anticoagulante, podem promover sangramentos.

O doente começa a sentir a melhora cerca de quatro dias após o início dos sintomas, que podem permanecer por 10 dias. É preciso ficar alerta para os quadros mais graves da doença. Se aparecerem sintomas, como dores abdominais fortes e contínuas, vômitos persistentes, tonturas ao levantar, alterações na pressão arterial, fígado e baço dolorosos, vômitos hemorrágicos ou presença de sangue nas fezes, extremidades das mãos e dos pés frias e azuladas, pulso rápido e fino, diminuição súbita da temperatura do corpo, agitação, fraqueza e desconforto respiratório, o doente deve ser levado imediatamente ao médico. ■

Arrecadação da Campanha de Páscoa feita pelo TRT-PR

A Campanha de Páscoa deste ano do TRT-PR arrecadou 208 ovos de chocolate e diversas outras guloseimas. A creche contemplada foi a ANA PROVELLER, localizada no bairro Uberaba, em Curitiba. Além de magistrados e servidores da capital, houve participação do Fórum de 1º Grau de São José dos Pinhais.

